

Ação

Subsídios para o Reposicionamento Estratégico de Instituições de CT&I

Projeto

Apoio Técnico à Consulta Pública sobre Telecomunicações (7.01.53.11.15)

Produto

Hospedagem e operacionalização da consulta e armazenamento das contribuições

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

SALA DE IMPRENSA

VOCÊ ESTÁ AQUI:

PÁGINA INICIAL > SALA DE IMPRENSA > LISTA DE NOTÍCIAS

> MCTIC LANÇA CONSULTA PÚBLICA SOBRE DECRETO DE POLÍTICAS DE TELECOMUNICAÇÕES

MCTIC lança consulta pública sobre decreto de políticas de telecomunicações

por ASCOM - publicado 17/10/2017 16h48. Última modificação 18/10/2017 09h59.



Cerimônia marcará lançamento da consulta pública das políticas de telecomunicações. Fonte: Ascom/MCTIC

O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) lança nesta quarta-feira (18), em Brasília, a consulta pública sobre o decreto de políticas de telecomunicações. O documento consolida a revisão do marco regulatório para o setor, atualizando a legislação para alinhá-la às transformações tecnológicas, econômicas e sociais que ocorreram desde a promulgação da Lei Geral de Telecomunicações, em 1997.

A cerimônia terá a participação do ministro Gilberto Kassab e será realizada às 10h, no auditório do Bloco E da Esplanada dos Ministérios.

A proposta coloca a banda larga no centro da política pública de telecomunicações brasileira. Para isso, o decreto reunirá as diretrizes regulatórias para a expansão do acesso à internet no país.

A consulta pública é uma ferramenta do MCTIC para ouvir a sociedade, o setor produtivo e as comunidades científica e acadêmica na construção da política pública para o setor de telecomunicações. A íntegra da proposta para o decreto será disponibilizada para todos os brasileiros apresentarem sugestões. Após esta etapa, o MCTIC vai formular a proposta final de decreto, que será enviada à Presidência da República.

Serviço

Evento: Lançamento da consulta pública sobre o decreto de políticas de telecomunicações

Data: 18 de outubro de 2017

Horário: 10h

Local: Auditório do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco E

Cidade: Brasília (DF)

Informações à imprensa

Assessoria de Comunicação do MCTIC

(61) 2033-7515 / imprensa@mctic.gov.br

Registrado em: Comunicações

Assuntos: mctic ciência e tecnologia inovação pesquisa desenvolvimento

telecomunicações consulta pública

http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/salaImprensa/noticias/arquivos/2017/10/MCTIC_lanca_consulta_publica_sobre_decreto_de_politicas_de_telecomunicacoes.html

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

SALA DE IMPRENSA

VOCÊ ESTÁ AQUI:

PÁGINA INICIAL > SALA DE IMPRENSA > LISTA DE NOTÍCIAS

> DECRETO DE POLÍTICAS DE TELECOMUNICAÇÕES JÁ RECEBEU MAIS DE 40 CONTRIBUIÇÕES

Decreto de políticas de telecomunicações já recebeu mais de 40 contribuições

por ASCOM - publicado 01/11/2017 12h52. Última modificação 01/11/2017 13h08.



MCTIC prepara decreto que revisa políticas públicas de telecomunicações. Fonte: Reprodução da internet

Em dez dias, a consulta pública sobre o decreto de políticas de telecomunicações registrou 229 inscritos e recebeu 43 contribuições. Lançado em 18 de outubro, o decreto em construção pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) faz uma revisão do marco regulatório do setor e coloca a banda larga no centro da política pública de telecomunicações do país. A íntegra do documento está disponível para contribuições até 17 de novembro, no link <http://www.cgee.org.br/ConsultaPublicaTelecom>.

Para o gerente de projetos da Secretaria de Telecomunicações do MCTIC, Haitam Naser, o número de contribuições registradas pela consulta pública até 27 de outubro é positivo para um tema tão específico. “A participação está dentro da média de outras consultas realizadas pela Agência Nacional de Telecomunicações”, avaliou.

A proposta de decreto substituiu outros três decretos atualmente em vigor, atualizando a legislação para alinhá-la às transformações tecnológicas, econômicas e sociais que ocorreram desde a promulgação da Lei Geral de Telecomunicações, em 1997. O documento revoga o Decreto nº 4.733/2003, que dispõe sobre as políticas públicas de telecomunicações; o Decreto nº 7.175/2010, que instituiu o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL); e o Decreto nº 8.776/2016, que criou o Programa Brasil Inteligente, uma nova etapa de expansão do PNBL com ações para a universalização do acesso à internet no país.

O documento tem 18 artigos e está estruturado em objetivos gerais; objetivos específicos para telecomunicações; objetivos específicos para o desenvolvimento tecnológico; competências do MCTIC; diretrizes para a política de inclusão digital, Anatel, Telebras; aplicação de recursos públicos para a implantação da banda larga e cidades inteligentes; e disposições finais.

Depois de receber sugestões da sociedade, do setor produtivo e da comunidade acadêmica, o MCTIC vai formular a proposta final de decreto, que será enviada à Presidência da República.

Registrado em: Comunicações

Assuntos: mctic ciência e tecnologia inovação pesquisa desenvolvimento decreto
consulta pública telecomunicações

http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/salaImprensa/noticias/arquivos/2017/11/Decreto_de_politicas_de_telecomunicacoes_ja_recebeu_mais_de_40_contribuicoes.html

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

SALA DE IMPRENSA

VOCÊ ESTÁ AQUI:

PÁGINA INICIAL > SALA DE IMPRENSA > LISTA DE NOTÍCIAS

> CONSULTA PÚBLICA SOBRE NOVA POLÍTICA DE TELECOMUNICAÇÕES RECEBEU 89 CONTRIBUIÇÕES

Consulta pública sobre nova política de telecomunicações recebeu 89 contribuições

por ASCOM - publicado 21/11/2017 17h42. Última modificação 21/11/2017 17h44.



Secretário André Borges participa do 51º Encontro Tele.Síntese. Fonte: Ascom/MCTIC

A proposta de decreto sobre a nova política de telecomunicações recebeu 89 contribuições da sociedade. O secretário de Telecomunicações do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), André Borges, apresentou nesta terça-feira (21), no 51º Encontro Tele.Síntese, um balanço da consulta pública em torno do documento, encerrada na última sexta-feira (17).

“Recebemos 89 contribuições à nossa proposta para atualizar o marco regulatório e alinhá-lo às transformações tecnológicas, econômicas e sociais que ocorreram desde a promulgação da Lei Geral de Telecomunicações, em 1997”, disse Borges. “Tínhamos uma previsão de que 250 entidades participariam da consulta pública e terminamos com 370 inscritos. Acho que foi um resultado bastante expressivo. Isso sem falar nas pessoas que optaram por não utilizar o sistema e apresentaram contribuições em separado. Vários temas relevantes foram levantados e todos estão sendo devidamente analisados.”

Segundo André Borges, a Secretaria de Telecomunicações do MCTIC deve consolidar e finalizar a proposta nos próximos 30 dias. “Depois, o documento vai passar por ajustes na Consultoria Jurídica do ministério e, então, ser encaminhado à Casa Civil da Presidência da República e ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, órgão responsável por definir como o governo federal contrata as telecomunicações”, informou.

O MCTIC lançou a consulta pública em 18 de outubro por meio do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). A proposta coloca a banda larga no centro da política brasileira de telecomunicações. Para isso, o decreto substituirá outros três decretos em vigor, reunindo em um único instrumento as diretrizes regulatórias para a expansão de serviços de banda larga e inclusão digital no Brasil. O documento revoga o Decreto nº 4.733/2003, que dispõe sobre as políticas públicas de telecomunicações; o Decreto nº 7.175/2010, que instituiu o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL); e o Decreto nº 8.776/2016, que criou o Programa Brasil Inteligente, expansão do PNBL.

Registrado em: Comunicações Inclusão Digital

Assuntos: mctic ciência e tecnologia inovação pesquisa desenvolvimento
telecomunicações banda larga internet consulta pública

http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/salaImprensa/noticias/arquivos/2017/11/Consulta_publica_sobre_nova_politica_de_telecomunicacoes_recebeu_89_contribuicoes.html